

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.) **Paradigmas filosóficos da atualidade**. Campinas, Papyrus, 1989, 305p.

Bento Itamar Borges *

Thomas Kuhn e Feyerabend costumam aparecer juntos em textos de Filosofia da Ciência que pretendem relativizar as pretensões clássicas da ciência rigorosa e a crença ingênua no ritmo estável e crescente da acumulação do saber. Feyerabend propõe, com respaldo na história da ciência, um anarquismo metodológico onde "vale tudo". Kuhn nega a visão cumulativa de história da ciência; na verdade, um sistema ou época entra em decadência, após um período normal, ocasionando uma revolução, ou seja, uma troca de *paradigmas*. Já houve quem listasse 21 usos diferentes para o termo "paradigma", que é central nessa abordagem histórica. O próprio Kuhn reconhece as ambiguidades desse conceito e passou duas décadas respondendo críticas, especialmente daqueles que defendem um programa racional de pesquisa ou uma teoria evolutiva da ciência.

Marcelo Dascal, que organizou a coleção *Fundamentos Metodológicos da Lingüística* (Editora Global, 1978), mostra na Introdução ao volume I como as noções vagas de Kuhn são problemáticas, se não inúteis, para a história da lingüística. Seria a Semântica Gerativa um novo paradigma ou uma fase do "período normal" da lingüística chomskyana? Não se pode reduzir um paradigma a um conjunto explícito

de "regras do jogo", e daí torna-se impossível contar paradigmas ou "revoluções". Seja como for, o termo paradigma já entrou para o jargão acadêmico e tem sido um substituto à mão para método, abordagem, fase, tendência, orientação, modelo, etc. Pode-se agora, por exemplo, afirmar ou conjecturar sobre mudança do paradigma na biografia de um mesmo autor — o Hegel de Jena, o velho Marx, o segundo Wittgenstein etc.

A coletânea *Paradigmas Filosóficos da Atualidade* tem uma dupla utilidade: informa e instrui o leitor interessado em um ou outro paradigma e, em seu conjunto, é um *síntoma* da atualidade, ou seja, o livro aqui resenhado é testemunho e incentivo à visão pluralista e anti-sistemática de setores da vida intelectual e cultural deste fim de século.

O livro, muito oportunamente editado pela Editora Papyrus, contém 13 capítulos agrupados em 5 partes, o que não quer dizer que encontremos aí 5 paradigmas subdivididos. No capítulo I, Danilo M. Sousa Filho nos apresenta diversos ramos da filosofia analítica, em torno de diferentes concepções que se pode ter de *análise*, como no Círculo de Viena, na Escola de Oxford, nos dois Wittgenstein etc. Em outros capítulos, é mais forte a presen-

* Professor do Departamento de Filosofia da UFU

ça de um *autor* – parece haver alguns autores heróicos no processo da ciência revolucionária. É o caso de Quine (cap. II), Hans Albert (cap. V), Husserl (cap. VII), Perelmann (cap. XI) e Hilary Putnam (cap. XIII).

A primeira parte, dedicada à Filosofia Analítica, abre com aquele capítulo de Danilo M. Sousa Filho, claro e completo, articulando a narrativa histórica com o critério já analítico das concepções de análise. Em seguida, Vera Vidal apresenta o sistema filosófico de Quine, e Estevão R. Martins trata da Filosofia Analítica da História. A um pequeno passo está a segunda parte, sobre o Racionalismo Crítico, onde Luis A. Peluso fornece “subsídios para uma interpretação do paradigma racionalista de análise social”. Notem que este é o único capítulo que emprega no título o termo paradigma. O termo, aliás, raramente aparece no interior dos capítulos. Peluso aproxima positivismo e marxismo como típicas teorias do século XIX, tendo as duas muito em comum. A novidade veio com Popper, cuja teoria (ou análise?) social se apóia em outros fundamentos epistemológicos; volta-se ao saber-debate socrático contra a confiança no progresso do conhecimento racional. Maria C. M. de Carvalho, que organizou o livro, escreveu um capítulo, o V, sobre Hans Albert. Este autor fez avançar o espaço da razão, admitindo não só os enunciados descritivos, mas também os normativos como passíveis de exame crítico. Entretanto, sua alternativa ética não parece praticável. Cai-se num dilema: decisionismo ou fundamentação última? (p. 125-6).

Ao que parece, todos os 13 artigos foram encomendados para compor

a coletânea, com exceção de 2, talvez: o cap. V foi apresentado como comunicação em um congresso de filosofia, e o cap. VI foi traduzido do alemão pela organizadora da obra. De qualquer modo, a impressão que o leitor tem é de que, dentro da variedade de temas e autores, conseguiu-se uma certa unidade no tom dos capítulos; são sempre exposições críticas, sem se cair na apologia do autor predileto ou na caricatura depreciativa do paradigma menos conhecido. O capítulo VI, de Wolfgang Röd, relata o debate entre o racionalismo crítico de Hans Albert e a pragmática transcendental de Karl-Otto Apel. Além disso, Röd propõe a volta à “genuína filosofia transcendental” (p. 136) para solucionar a carência de fundamentação última – Kant pode dispensar a pragmática de Peirce, combinação feita por Apel.

A terceira parte, Fenomenologia, apresenta um projeto completamente diferente da assepsia vegetariana da filosofia analítica. Apesar da “tradição” construída por Husserl e seus seguidores o autor do cap. VII, Newton A. von Zuben, ainda apresenta seu paradigma como “projeto”. O que parece, nesta resenha, um sopro tímido, é na verdade um horizonte para o pensamento que na atualidade não se desespera: dialetizar as duas ordens do discurso, o saber científico e o saber fenomenológico (p. 166). Nos limites de uma resenha, quero afirmar que o cap. VIII destoa do restante de *Paradigmas Filosóficos da Atualidade*. Uma “leitura” heideggeriana da *Crítica da Razão Pura* de Kant não constitui um paradigma, e tampouco é atual. Confirma isto a falta de bibliografia no capítulo.

A quarta parte contém apenas

um capítulo de 15 páginas sobre Dialética, com um título lacônico de "Considerações sobre a Dialética". O propósito do autor, Heitor Matallo Jr., é destrutivo: invocando Wolfgang Röd, que já aparecera no cap. VI, qualifica de tradicional o método marxiano, isto é, seu método de análise/síntese é o mesmo utilizado pelos gregos e, depois, por Galileu (p. 198). Uma afirmação desse nível negligencia rudimentos de epistemologia e da história das idéias, aceitáveis também por quem não veste a camisa ideológica da dialética marxista. A teoria marxista de sociedade (ao lado da psicanálise freudiana) é um tipo radicalmente novo de teoria, que mereceu de um eminente grupo de filósofos alemães o nome de Teoria Crítica. Uma coletânea que pretenda cobrir o que hoje vai pelo mundo da filosofia não pode ignorar a Escola de Frankfurt. Caberia aqui um capítulo sobre a versão resignada da Dialética Negativa de Adorno, outro sobre a vasta obra de J. Habermas que tem não só participado de polêmicas públicas com os mais conhecidos representantes do chamado pós-modernismo, mas também desenvolve um programa de cooperação entre filosofia e ciências. Caso a coletânea quisesse seguir sua linha analítica inicial, ainda caberia a obra de Habermas nos anos 70, ou uma referência ao marxismo analítico.

A quinta parte, "Em busca de novas dimensões da racionalidade", reúne os últimos capítulos do livro. No cap. X, Luiz G. Trigo "passeia" pelos lugares-comuns-sofisticados da cultura de massas e da urbanidade. Não deixa de ser curioso que o pós-modernismo tenha atraído à discussão os arquetipos cansados das máquinas de moer. O autor deste capítulo, que é ba-

charel em turismo, partilha da perplexidade de tantos que estranham ou se encantam com o mundo "fake" dos replicantes, do neon, do simulacro e do etc. Entretanto, não sei como ele consegue aproveitar Popper nessa salada niilista. O positivismo continua em muitos autores, como Popper e Bunge, literalmente otimista com o progresso do pensamento racional, e não com o merchandising que vende nas bienais de livros coisas como *A derrota do pensamento*. O cap. X termina reconhecendo em Sergio Paulo Rouanet "uma voz discordante" na Babel pós-tudo, mas perde a oportunidade de desenvolver aquilo que realmente faz sentido nessa noção de paradigma: por trás de quase todo debate hoje há uma disputa entre modelos de racionalidade ou entre racionalismo e irracionalismo. É claro que o pós-modernismo é uma "falta" de confiança na razão.

No cap. XI, José A. M. Pessanha cuida do "revival" de um paradigma vetusto, a retórica. Contra os limites do formalismo e a dureza da episteme, Ch. Perelmann e Olbrechts-Tyteca desenvolveram trabalhos em favor de uma nova retórica. Tais contribuições são pouco conhecidas no Brasil, segundo Pessanha (p. 221). A noção de consenso tão cara à tradição liberal-contratualista pode aprender muito com a arte forense da persuasão e do acordo com o auditório. Entretanto, quero observar que há sérios limites para a retórica que reaparece ao lado de sofisticadas teorias lingüísticas que, além da base empírica, trouxeram uma contestação inevitável: linguagem é diálogo em contextos práticos. Para fins de consulta seria bom que o autor incluísse aí também *The uses of argument*, de

Stephen E. Toulmin, Cambridge University Press, 1970.

Alberto Oliva escreveu o penúltimo capítulo, "Critério de demarcação, recodificação empírica do extracientífico e teoria relacional da racionalidade". Pareceu-me a parte mais pesada de um livro que sabidamente não se destina a iniciantes. Tanto a linguagem, quanto a proposta de Oliva merecem leitura atenta e lenta que, no momento, este resenhador não fez. Contudo, de leitura corrida depreende-se que é relevante e sério o objetivo do autor: demonstrar que os critérios contemporâneos de cientificidade/demarcação *não* foram projetados como caprichos cientificistas antifilosóficos. Ao contrário, a racionalidade científica concebida de forma distorcida ensina modos inadequados de diferenciar ciência de filosofia.

O último capítulo trata de ética e ciência (fato/valor) em um autor menos conhecido, Hilary Putnam. Mário A. L. Guerreiro trabalha questões que não chegam, no fim das contas, a constituir um paradigma no sentido assumido até então.

Antes do comentário final, alguns detalhes. O livro é bem produzido, com revisão bem feita, e traz dados sobre os autores dos capítulos nas orelhas — sem dúvida, é uma seleção de estudiosos competentes. Há bibliografia em todos os capítulos, exceto um, mas poder-se-ia melhorá-la acrescentando a tradução já disponível em português, ou mesmo espanhol, de diversas obras citadas só na versão original ou em tradução para línguas menos lidas, como o italiano.

Maria C. M. de Carvalho, organizadora da coletânea, esclarece no Prefácio algumas opções tomadas. Vou concluir discordando de seu critério de seleção de paradigmas e, por fim, recomendar a leitura do livro. É previsível que diversos leitores folheiem o livro insatisfeitos por não encontrarem ali seu autor ou seu paradigma predileto. É normal que os editores indiquem seu critério de prioridade: divulgar o que é menos conhecido. Infelizmente, o efeito parece o oposto: criticar (refutando e banalizando) o que é *mais* conhecido. A coletânea joga pesado no racionalismo crítico e na filosofia analítica, quase se esquecendo da dialética. Popper é citado em metade dos capítulos. Marx e o marxismo são criticados (via Röd e Popper) em pelo menos 3 capítulos. Talvez, Marcelo Dascal tenha mesmo razão quando diz que o emprego do termo paradigma é "ideológico" num sentido restrito de "discurso destinado a promover, exaltar e divulgar uma certa *doutrina* face a suas concorrentes", (*Fundamentos metodológicos da lingüística*, vol. 1, São Paulo, Global, 1978, p. 41). O leitor poderá ficar com a noção Kuhniana de que Marx *foi* revolucionário mas não é atual, e que Popper foi contra-revolucionário, mas é atual (está velho, mas vivo — como o liberalismo).

O leitor desta resenha fique ciente de que recomendo com entusiasmo a leitura de *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Além das razões já apontadas em seu favor, devo aduzir que é louvável a iniciativa de autores e editores que não se voltam eternamente aos primórdios da história da filosofia, às biografias romanceadas e aos delírios poéticos, como se fossem as únicas vias

de acesso e movimento na filosofia. Considero até mais avançada e fértil esta proposta de reconstruir a história da

filosofia desde os modelos que são hoje relevantes, ou . . . paradigmáticos.